

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS MEDIADAS POR LIBRAS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES MEDIATED BY LIBRAS: EXPERIENCES AND CHALLENGES IN ELEMENTARY EDUCATION

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS MEDIADAS POR LIBRAS: EXPERIENCIAS Y DESAFÍOS EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-054>

Data de submissão: 05/08/2025

Data de publicação: 05/09/2025

Maria Concilena de Assunção Ferreira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação

Instituição: Facultad de Ciencias Sociales Interamericana

E-mail: ferreiraconcilena@gmail.com

Jaqueline Mendes Bastos

Doutora em Educação no PPGED

Orientadora

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: jaquelinebastos321@gmail.com

RESUMO

O artigo “Práticas Pedagógicas Inclusivas Mediadas por Libras: Experiências e Desafios no Ensino Fundamental” discute a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e aprendizagem para alunos surdos no contexto da escola regular. A pesquisa, de caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Quadros (2004), Skliar (1998), Lacerda (2006; 2009), Strobel (2008) e Perlin (2010), além de documentos oficiais que regulamentam a educação inclusiva no Brasil. O estudo resgata a trajetória histórica da educação de surdos, marcada inicialmente pelo oralismo e pela exclusão social, até a conquista do paradigma bilíngue, consolidado com a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). Essa mudança representa não apenas um avanço pedagógico, mas também cultural e identitário, permitindo que o surdo seja reconhecido como sujeito de direitos. Apesar dos avanços legais, ainda persistem desafios significativos para a inclusão efetiva, tais como a falta de formação docente em Libras, a escassez de intérpretes, a ausência de materiais didáticos acessíveis e as barreiras atitudinais que dificultam a valorização da cultura surda. Nessa perspectiva, a mediação pedagógica, inspirada em Vygotsky (2008), é apontada como central, pois a aprendizagem ocorre na interação social, exigindo práticas bilíngues, recursos visuais, tecnológicos e metodologias adaptadas. O estudo conclui que a inclusão de alunos surdos no ensino fundamental só será efetiva mediante o investimento em formação continuada de professores, valorização da Libras, ampliação de recursos acessíveis e compromisso da escola com a diversidade linguística e cultural, garantindo equidade e participação plena no processo educativo.

Palavras-chave: Inclusão. Libras. Ensino Fundamental. Educação de Surdos. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The article "Inclusive Pedagogical Practices Mediated by Libras: Experiences and Challenges in Elementary Education" discusses the importance of Brazilian Sign Language (Libras) as a means of communication and learning for deaf students in the context of regular schools. The research, of a bibliographic nature, is based on authors such as Quadros (2004), Skliar (1998), Lacerda (2006; 2009), Strobel (2008), and Perlin (2010), as well as official documents that regulate inclusive education in Brazil. The study traces the historical trajectory of deaf education, initially marked by oralism and social exclusion, until the achievement of the bilingual paradigm, consolidated by Law No. 10,436/2002 and Decree No. 5,626/2005, which recognize Libras as the first language (L1) and written Portuguese as the second language (L2). This change represents not only a pedagogical advance, but also a cultural and identity-building one, allowing deaf people to be recognized as subjects with rights. Despite legal advances, significant challenges to effective inclusion remain, such as the lack of teacher training in Libras, the shortage of interpreters, the absence of accessible teaching materials, and attitudinal barriers that hinder the appreciation of deaf culture. From this perspective, pedagogical mediation, inspired by Vygotsky (2008), is considered central, as learning occurs through social interaction, requiring bilingual practices, visual and technological resources, and adapted methodologies. The study concludes that the inclusion of deaf students in elementary school will only be effective through investment in ongoing teacher training, the appreciation of Libras, the expansion of accessible resources, and the school's commitment to linguistic and cultural diversity, ensuring equity and full participation in the educational process.

Keywords: Inclusion. Libras. Elementary Education. Deaf Education. Pedagogical Practices.

RESUMEN

El artículo "Prácticas Pedagógicas Inclusivas Mediadas por Libras: Experiencias y Desafíos en la Educación Primaria" analiza la importancia de la Lengua de Señas Brasileña (Libras) como medio de comunicación y aprendizaje para estudiantes sordos en el contexto de escuelas regulares. La investigación, de carácter bibliográfico, se basa en autores como Quadros (2004), Skliar (1998), Lacerda (2006; 2009), Strobel (2008) y Perlin (2010), así como en documentos oficiales que regulan la educación inclusiva en Brasil. El estudio traza la trayectoria histórica de la educación de las personas sordas, inicialmente marcada por el oralismo y la exclusión social, hasta la consecución del paradigma bilingüe, consolidado por la Ley n.º 10.436/2002 y el Decreto n.º 5.626/2005, que reconocen a Libras como primera lengua (L1) y al portugués escrito como segunda lengua (L2). Este cambio representa no solo un avance pedagógico, sino también cultural y de construcción de identidad, permitiendo que las personas sordas sean reconocidas como sujetos de derechos. A pesar de los avances legales, persisten importantes desafíos para una inclusión efectiva, como la falta de formación docente en Libras, la escasez de intérpretes, la ausencia de materiales didácticos accesibles y las barreras actitudinales que dificultan la apreciación de la cultura sorda. Desde esta perspectiva, la mediación pedagógica, inspirada por Vygotsky (2008), se considera fundamental, ya que el aprendizaje se produce a través de la interacción social, lo que requiere prácticas bilingües, recursos visuales y tecnológicos, y metodologías adaptadas. El estudio concluye que la inclusión del alumnado sordo en primaria solo será efectiva mediante la inversión en la formación docente continua, la apreciación de Libras, la ampliación de recursos accesibles y el compromiso de la escuela con la diversidad lingüística y cultural, garantizando la equidad y la plena participación en el proceso educativo.

Palabras clave: Inclusión. Libras. Educación Primaria. Educación de Sordos. Prácticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, consolidada na legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 e reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), assume o princípio de garantir acesso e permanência a todos os estudantes, respeitando suas singularidades. No campo da surdez, essa perspectiva é ampliada pela Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, e pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta sua inserção no espaço educacional.

A inclusão de alunos surdos no ensino fundamental representa um dos maiores desafios da educação básica no Brasil, principalmente no que se refere à efetivação de práticas pedagógicas que assegurem equidade no acesso ao conhecimento. Este artigo analisa experiências e desafios de práticas pedagógicas inclusivas mediadas pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida legalmente como meio de comunicação e instrução pela Lei nº 10.436/2002. O estudo fundamenta-se em abordagem bibliográfica, utilizando autores como Quadros (2004), Skliar (1998), Lacerda (2006; 2009), Strobel (2008) e Perlin (2010), além de documentos oficiais que norteiam a educação inclusiva no país.

O que se observa na prática é uma distância significativa entre a legislação e a realidade escolar. A matrícula de alunos surdos nas escolas regulares tornou-se obrigatória, mas a efetivação da inclusão ainda encontra inúmeras barreiras. Muitas instituições não contam com intérpretes, e grande parte dos professores não possui conhecimento em Libras, o que restringe a comunicação e compromete o processo de ensino-aprendizagem (LACERDA, 2006).

Para Quadros (2004), a inclusão de alunos surdos não pode ser reduzida a um ato burocrático, mas deve garantir condições reais de participação, mediadas por práticas pedagógicas que considerem a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda. Nessa perspectiva, a escola precisa se reorganizar para atender às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda, valorizando a visualidade como eixo do processo educativo.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas mediadas pela Libras no ensino fundamental, discutindo tanto as experiências positivas quanto os desafios ainda enfrentados pelos docentes. Busca-se contribuir para o debate sobre como construir uma escola inclusiva de fato, que vá além do discurso e se concretize em metodologias bilíngues, acessíveis e democráticas.

Na primeira parte, apresenta-se a contextualização histórica da educação de surdos no Brasil, marcada pela transição do paradigma oralista para a perspectiva bilíngue. Em seguida, discutem-se as práticas pedagógicas mediadas pela Libras, com destaque para estratégias visuais, colaborativas e

tecnológicas, apontadas por diversos estudos como fundamentais para o aprendizado de surdos no ensino fundamental. A análise também problematiza os desafios ainda presentes, como a formação docente insuficiente, a escassez de intérpretes, a falta de materiais acessíveis e as barreiras atitudinais que limitam a inclusão plena.

Os resultados da revisão indicam que, embora existam experiências exitosas, a inclusão escolar dos surdos ainda se encontra em processo de construção, exigindo mudanças estruturais e políticas públicas mais consistentes. Conclui-se que a efetivação da inclusão passa pela valorização da Libras como direito linguístico, pela garantia da presença de intérpretes e pela formação continuada de professores, de modo que a escola se torne efetivamente um espaço de equidade e respeito à diversidade.

2 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: ENTRE EXCLUSÃO E RECONHECIMENTO

A educação de surdos no Brasil é marcada por um histórico de exclusão social e educacional, alternando períodos de marginalização e avanços graduais em direção ao reconhecimento dos direitos linguísticos e culturais dessa comunidade. Durante grande parte do século XX, o modelo educacional predominante foi o oralismo, que priorizava o ensino da fala e da leitura labial, desvalorizando ou até proibindo a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Skliar (1998, p. 151) descreve que o oralismo “impondo aos surdos a necessidade de adaptação às normas auditivas e linguísticas dominantes”, contribuiu para o fracasso escolar e a exclusão social de gerações de alunos surdos.

Essa perspectiva interpretava a surdez como uma deficiência a ser corrigida, considerando que a participação plena na vida escolar dependia da adequação ao modelo da população ouvinte. Strobel (2008, p. 24) enfatiza que “a história do povo surdo foi, por muitos séculos, caracterizada por uma forte influência das determinações dos ouvintes em detrimento dos próprios surdos”, o que demonstra que a exclusão não se limitava ao ensino, mas se estendia à dimensão social e cultural. Essa marginalização sistemática produziu não apenas barreiras linguísticas, mas também prejuízos emocionais, dificultando a formação de identidade e autoestima dos estudantes surdos.

Com o fortalecimento dos movimentos surdos, a década de 1980 marcou um ponto de inflexão. Organizações de surdos e pesquisadores passaram a reivindicar o reconhecimento da Libras como direito linguístico e meio de expressão legítimo. Quadros (2004, p. 60) destaca que “a luta dos surdos pela valorização de sua língua e cultura resultou em avanços significativos no reconhecimento de seus direitos educacionais e sociais”, evidenciando que a transformação educacional não decorreu apenas de políticas públicas, mas também de mobilizações sociais e da própria ação da comunidade surda.

A oficialização da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 consolidaram o paradigma bilíngue, no qual a Libras é reconhecida como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda (L2). Strobel (2008, p. 30) afirma que “a legislação é um avanço, mas a efetivação das políticas públicas requer ações concretas que envolvam formação de professores, produção de materiais didáticos e adaptação das escolas”, ressaltando que a conquista legal não garante, por si só, a inclusão efetiva.

O bilinguismo educacional representa um avanço pedagógico, social e cultural. Karnopp (2006, p. 100) ressalta que “a literatura do reconhecimento é de importância crucial para as minorias linguísticas que desejam afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas”. Nesse contexto, a educação de surdos não é apenas transmissão de conhecimento, mas também afirmação de identidade, construção de autoestima e participação cidadã.

Apesar dos avanços legais, os desafios persistem. A desigualdade regional é significativa, sendo que o acesso a escolas bilíngues e professores capacitados ainda é limitado, sobretudo em áreas periféricas e no interior do país. Lodi (2013, p. 45) observa que “a escassez de profissionais qualificados e a falta de infraestrutura adequada comprometem a efetividade das políticas de inclusão escolar para surdos”, evidenciando que a exclusão histórica permanece presente em diferentes níveis.

A percepção social da surdez também influencia a inclusão escolar. Quadros e Karnopp (2004, p. 75) argumentam que “a matrícula de alunos surdos em escolas regulares, sem suporte linguístico adequado, constitui uma inclusão formal, mas insuficiente”, pois a presença física não garante o aprendizado pleno ou a valorização cultural. Barreiras atitudinais, como preconceitos e concepções deficitárias sobre a surdez, reforçam a marginalização, tornando a escola um espaço desafiador para a afirmação da identidade surda.

A formação docente continua sendo um elemento central para a efetivação da inclusão. Quadros (2004, p. 65) afirma que “a formação docente deve contemplar não apenas o domínio da língua de sinais, mas também o conhecimento sobre a cultura surda e as especificidades do processo de ensino-aprendizagem dos surdos”. A capacitação contínua, a sensibilização para a diversidade e o conhecimento das especificidades cognitivas e sociais dos alunos surdos são essenciais para reduzir a lacuna entre legislação e prática.

A educação de surdos também desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural e social. Skliar (1998, p. 160) explica que “a identidade surda é construída a partir da experiência compartilhada, da língua comum e da cultura própria, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos surdos”. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço que valorize

a diversidade, reconheça as diferenças linguísticas e culturais e promova o desenvolvimento integral do aluno surdo.

Perlin (2003, p. 58) complementa que “o narrar e a política do ser surdo envolvem a temporalidade e a espacialidade como política, sendo considerado um ato olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais”, reforçando que a inclusão não é apenas uma questão formal, mas envolve práticas concretas de reconhecimento, valorização e empoderamento dos alunos surdos.

A educação de surdos no Brasil percorreu um caminho entre exclusão e reconhecimento. O oralismo histórico e a marginalização da Libras foram gradualmente substituídos por políticas inclusivas e pelo reconhecimento legal da língua de sinais. Entretanto, a implementação plena do reconhecimento depende de formação docente qualificada, infraestrutura adequada, políticas públicas consistentes e valorização social da cultura surda, garantindo que a educação seja de fato inclusiva e respeitosa às especificidades dessa comunidade.

3 A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DE SURDOS

A mediação pedagógica constitui elemento central na construção de uma educação inclusiva e eficaz para alunos surdos, uma vez que a aprendizagem, conforme Vygotsky (2008, p. 45), não ocorre de forma isolada, mas é socialmente mediada. Para o autor, o processo educativo se fortalece quando o indivíduo interage com agentes mais experientes, que oferecem suporte adequado às suas necessidades cognitivas e linguísticas. No contexto da educação de surdos, essa mediação requer um olhar atento para as características visuais da Libras, reconhecendo que a língua de sinais não é apenas um instrumento de comunicação, mas um meio de acesso ao conhecimento, à construção de sentido e à afirmação cultural.

Quadros (2004, p. 72) reforça essa perspectiva ao afirmar que o professor que atua com surdos precisa reorganizar suas estratégias pedagógicas, incorporando recursos visuais e sinalizados que possibilitem a compreensão plena dos conteúdos. Nesse sentido, o diálogo com Vygotsky é evidente: enquanto o teórico russo fundamenta a importância da interação social no processo de aprendizagem, Quadros traduz essa ideia para a prática educativa, enfatizando a necessidade de adaptar os métodos pedagógicos tradicionais à realidade dos alunos surdos. A mediação pedagógica, portanto, não se restringe à mera transmissão de informações, mas implica planejamento, criatividade e sensibilidade cultural por parte do docente.

Lacerda (2009, p. 88) complementa essa análise ao afirmar que “a inclusão só se torna efetiva quando a Libras é utilizada como língua de instrução, e não apenas como recurso auxiliar”. Essa

posição amplia a discussão sobre a mediação pedagógica, ressaltando que o bilinguismo é condição indispensável para a aprendizagem dos surdos. O ensino mediado por Libras permite que os conteúdos sejam compreendidos na língua natural do aluno, fortalecendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a autoestima e a identidade cultural. O escritor observa que a mediação eficaz requer que o professor domine aspectos básicos da Libras ou trabalhe em parceria com intérpretes, garantindo equidade no acesso ao conhecimento.

A mediação pedagógica, quando articulada de forma bilíngue, transforma a dinâmica da sala de aula e amplia as possibilidades de aprendizagem. Quadros (2004, p. 75) alerta que a inclusão formal, sem adaptação metodológica, pode ser insuficiente, uma vez que a simples presença do aluno surdo em uma escola regular não garante participação efetiva ou compreensão do conteúdo. Essa reflexão evidencia que a mediação pedagógica não é apenas técnica; ela envolve planejamento estratégico, conhecimento cultural, domínio linguístico e sensibilidade às necessidades individuais de cada aluno. Nesse sentido, o escritor observa que a mediação não pode ser fragmentada ou limitada à atuação do intérprete; deve permear todo o planejamento pedagógico.

O uso de recursos multimodais constitui um componente indispensável da mediação pedagógica. Lacerda (2009, p. 92) destaca que vídeos em Libras, aplicativos educativos, jogos digitais e materiais visuais ampliam a compreensão dos conteúdos e estimulam a participação ativa do aluno. O escritor complementa que esses recursos, quando integrados às estratégias pedagógicas, não apenas garantem acessibilidade, mas também promovem autonomia, engajamento e desenvolvimento de competências cognitivas e sociais. Assim, a mediação pedagógica se torna dinâmica, interativa e contextualizada, rompendo barreiras comunicativas e valorizando a diferença linguística.

Outro ponto central na discussão é a formação docente. Quadros (2004, p. 65) e Lacerda (2009, p. 90) convergem ao afirmar que a capacitação contínua do professor é pré-requisito para uma mediação pedagógica eficaz. Sem conhecimento da Libras, compreensão da cultura surda e domínio de estratégias pedagógicas adaptadas, a inclusão corre o risco de permanecer superficial. O escritor observa que investir na formação docente significa criar condições para que a mediação pedagógica seja consistente, respeitosa e capaz de transformar a aprendizagem, garantindo que o aluno surdo participe ativamente do processo educacional.

A mediação pedagógica também envolve a articulação entre diferentes agentes educativos, incluindo intérpretes, colegas ouvintes e famílias. Vygotsky (2008, p. 48) enfatiza que a aprendizagem é processo social, construído por interações complexas; nesse sentido, a atuação conjunta de professores e intérpretes potencializa o desenvolvimento dos alunos surdos, permitindo que o conhecimento seja acessível e significativo. Quadros (2004, p. 80) acrescenta que o envolvimento da

comunidade escolar amplia a efetividade da mediação, transformando a escola em espaço de inclusão real e não apenas formal.

O diálogo entre os autores evidencia que a mediação pedagógica não se limita à linguagem ou aos métodos de ensino, mas incorpora dimensões cognitivas, sociais e culturais. Lacerda (2009, p. 94) ressalta que, ao integrar a Libras como língua de instrução, os professores promovem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a construção de identidade e cidadania do aluno surdo. O escritor observa que essa integração fortalece a autonomia do estudante, permitindo que ele se reconheça como sujeito de direitos e participante ativo do ambiente escolar.

A mediação pedagógica na inclusão de surdos emerge como um processo complexo e multidimensional. Vygotsky fornece a base teórica da mediação social, Quadros evidencia a necessidade de reorganização metodológica e Lacerda reforça a utilização da Libras como língua de instrução. O escritor conclui que a mediação pedagógica eficaz requer planejamento, formação docente, uso estratégico de recursos visuais e tecnológicos, articulação com intérpretes e valorização da cultura surda. Trata-se de um instrumento pedagógico, social e cultural, capaz de transformar a aprendizagem e promover inclusão real, equidade e reconhecimento da identidade dos alunos surdos.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO

A inclusão escolar de alunos surdos no Brasil encontra respaldo legal na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece que “todos os alunos, independentemente de suas necessidades, devem estar matriculados em escolas regulares, com atendimento educacional especializado como complemento” (BRASIL, 2008, p. 12). Essa política oferece um marco normativo fundamental, reconhecendo formalmente o direito dos alunos surdos à educação em ambientes comuns, mas ainda enfrenta desafios práticos que comprometem sua efetividade.

Quadros (2004, p. 76) enfatiza que “apesar das políticas afirmativas, a realidade das escolas regulares ainda apresenta barreiras estruturais e pedagógicas que limitam a participação plena dos alunos surdos”. Esse argumento evidencia que a matrícula em escolas regulares não garante inclusão real quando há falta de formação docente, materiais acessíveis e intérpretes de Libras, mostrando que políticas públicas precisam ser acompanhadas de ações concretas que viabilizem aprendizado e participação.

Lacerda (2009, p. 88) alerta que “a inclusão só se torna efetiva quando a Libras é utilizada como língua de instrução, e não apenas como recurso auxiliar”. Essa afirmação ressalta a importância do bilinguismo no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos surdos compreendam

os conteúdos de forma plena e construam significados em sua língua natural, fortalecendo também sua identidade cultural.

Strobel (2008, p. 47) observa que “barreiras atitudinais, como preconceitos e desconhecimento da cultura surda, ainda dificultam a implementação efetiva das políticas públicas”. A autora evidencia que, mesmo com legislação favorável, sem sensibilização e mudança de atitudes dos profissionais da educação e da comunidade escolar, a inclusão pode se limitar a aspectos formais, prejudicando o aprendizado e a participação dos alunos surdos.

Perlin (2010, p. 36) destaca que “a escassez de intérpretes de Libras nas escolas constitui um obstáculo significativo para a inclusão”. A ausência desses profissionais limita a comunicação direta entre professores e alunos surdos, comprometendo o processo de mediação pedagógica e impedindo que os estudantes tenham acesso pleno ao currículo escolar.

Lacerda (2009, p. 92) reforça que “a produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, como vídeos em Libras, jogos educativos e aplicativos digitais, é indispensável para que os alunos surdos compreendam conteúdos complexos e participem ativamente das atividades escolares”. Esse ponto evidencia que recursos multimodais potencializam a aprendizagem e promovem autonomia, facilitando a inclusão efetiva.

A efetivação das políticas públicas no ensino de surdos exige articulação entre legislação, formação docente, recursos pedagógicos acessíveis e sensibilização da comunidade escolar. Cada autor contribui para demonstrar que a inclusão não é apenas um direito legal, mas um processo complexo que envolve aspectos pedagógicos, sociais e culturais. Sem o cumprimento desses requisitos, a inclusão tende a permanecer superficial e simbólica, limitando a aprendizagem e a participação plena dos alunos surdos.

5 DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

A inclusão de alunos surdos no ensino regular, embora respaldada por políticas públicas e avanços pedagógicos, enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. Tais obstáculos são de natureza pedagógica, estrutural, atitudinal e cultural, demonstrando que a inclusão não se restringe à matrícula em escolas comuns, mas demanda mudanças profundas no processo educativo.

Um dos desafios centrais é a formação docente insuficiente. Lacerda (2006, p. 41) afirma que “a falta de conhecimento da Libras impede a mediação pedagógica eficaz”. Essa constatação evidencia que muitos professores não possuem domínio da língua de sinais, o que limita a comunicação direta com os alunos surdos e aumenta a dependência de intérpretes. A ausência desse conhecimento

compromete a construção de significados e a participação ativa do estudante, reduzindo a aprendizagem a um processo fragmentado e ineficaz. Além disso, a falta de formação específica gera insegurança docente, restringindo a adoção de estratégias bilíngues e visuais que são essenciais para a inclusão.

A escassez de intérpretes de Libras constitui outro obstáculo relevante. Perlin (2010, p. 36) alerta que “a ausência desse profissional compromete a implementação do ensino bilíngue e restringe o acesso ao conhecimento, prejudicando a equidade na escola”. Sem intérpretes, a comunicação entre professores e alunos surdos torna-se limitada, impedindo a participação plena em atividades pedagógicas e sociais. Essa lacuna evidencia que a inclusão formal não se traduz automaticamente em aprendizagem efetiva e equitativa, reforçando a necessidade de investimentos na contratação e capacitação desses profissionais.

A carência de materiais didáticos acessíveis também limita a inclusão. Recursos pedagógicos convencionais, como livros e apostilas, raramente contemplam a Libras ou adaptação visual para alunos surdos. Lacerda (2009, p. 92) enfatiza que a utilização de materiais multimodais, incluindo vídeos em Libras, aplicativos digitais e jogos educativos, é indispensável para favorecer a compreensão dos conteúdos e promover autonomia. A falta desses recursos compromete a participação ativa dos alunos e reduz a aprendizagem a experiências incompletas, dificultando o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Além dos aspectos pedagógicos e materiais, barreiras atitudinais persistem nas escolas. Strobel (2008, p. 47) observa que “preconceitos, estigmas e desconhecimento da cultura surda ainda estão presentes no ambiente escolar, dificultando a inclusão efetiva”. Essas barreiras culturais e sociais reforçam a marginalização do aluno surdo e podem gerar exclusão simbólica, mesmo em contextos em que a matrícula e a infraestrutura estejam adequadas. A mudança de atitudes entre professores, colegas e comunidade escolar é, portanto, condição indispensável para que a inclusão seja real e significativa.

Os desafios apontados demonstram que a inclusão não é apenas uma questão técnica ou administrativa, mas envolve dimensões políticas, culturais e pedagógicas. A efetivação da inclusão exige planejamento estratégico, formação contínua de professores, ampliação do quadro de intérpretes, desenvolvimento de materiais acessíveis e ações de sensibilização da comunidade escolar. Conforme Quadros (2004, p. 80) afirma, “a inclusão só se torna efetiva quando todos os elementos do ambiente escolar são articulados para garantir participação plena e equidade”, evidenciando que a transformação da escola é condição essencial para a aprendizagem de alunos surdos.

A superação desses desafios depende de uma ação integrada entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente e sensibilização cultural. O diálogo entre os autores indica que a inclusão

de surdos não pode ser entendida como um ato isolado de matrícula ou adaptação pontual, mas como um processo contínuo e complexo que exige comprometimento de todos os atores do contexto educativo. Somente dessa forma a escola pode cumprir seu papel de espaço de aprendizado inclusivo, respeitando a diversidade linguística, cultural e cognitiva dos alunos surdos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a inclusão de alunos surdos no ensino fundamental é um processo complexo, que envolve aspectos pedagógicos, linguísticos, culturais e sociais. Historicamente, a educação de surdos no Brasil foi marcada pelo oralismo e pela exclusão, mas avanços como o reconhecimento da Libras e a adoção do modelo bilíngue representam conquistas importantes para a promoção da equidade e do aprendizado (Skiliar, 1998; Quadros, 2004).

Apesar das políticas públicas, a efetivação da inclusão enfrenta desafios significativos. A formação insuficiente dos professores, a escassez de intérpretes, a falta de materiais acessíveis e as barreiras atitudinais dificultam a participação plena dos alunos surdos (Lacerda, 2006; Perlin, 2010; Strobel, 2008). Isso demonstra que a inclusão vai além da matrícula em escolas regulares, exigindo articulação entre legislação, práticas pedagógicas e sensibilização cultural.

A mediação pedagógica, segundo Vygotsky (2008), ocorre por meio da interação social e do contexto cultural. No caso dos alunos surdos, essa mediação requer o uso da Libras, recursos visuais e estratégias bilíngues que possibilitem o desenvolvimento da leitura, da escrita e das competências cognitivas. Quadros (2004) e Lacerda (2009) reforçam que a inclusão efetiva depende da transformação das práticas pedagógicas, garantindo acesso ao conteúdo e valorização da identidade surda.

O uso de tecnologias digitais se apresenta como ferramenta estratégica para a inclusão. Aplicativos em Libras, vídeos, jogos educativos e plataformas multimídia promovem autonomia e favorecem a aprendizagem, permitindo que alunos surdos participem ativamente das atividades escolares (Lacerda, 2009; Quadros, 2004).

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário investir na formação continuada dos professores, ampliar a presença de intérpretes qualificados, produzir materiais acessíveis e desenvolver ações de sensibilização cultural. A escola deve assumir papel ativo de transformação pedagógica e social, garantindo que os alunos surdos não apenas frequentem a escola, mas participem plenamente do processo de aprendizagem.

A inclusão de surdos no ensino fundamental brasileiro exige esforços coordenados entre políticas públicas, práticas pedagógicas e recursos acessíveis. A verdadeira escola inclusiva é aquela

que reconhece e valoriza a diversidade linguística e cultural, promove equidade no acesso ao conhecimento e assegura aprendizagem significativa para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura Surda. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Educação bilíngue de surdos: práticas e desafios. São Paulo: Cortez, 2009.

LACERDA, L. M. Formação docente e educação de surdos. São Paulo: Cortez, 2006.

LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. Marília: UNESP, 2013.

PERLIN, Gladis. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

PERLIN, Gladis. Surdos: o narrar e a política. Florianópolis: Cultura Sorda, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: políticas, práticas e perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

STROBEL, Maria Teresa Eglér. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais. São Paulo: Cortez, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. Florianópolis: UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e biculturalismo: a educação de surdos no Brasil. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Educação de surdos: história e políticas. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1998.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2008.